

**CAMINHOS DAS ÁGUAS NO SERTÃO DO PAJEÚ:
CONTRIBUIÇÕES E LUTAS DAS MULHERES CAMPONESAS NA
CONSTRUÇÃO DE UMA CONVIVÊNCIA TRANSFORMADORA
COM O SEMIÁRIDO BRASILEIRO¹**

**CAMINOS DE LAS AGUAS EN EL SERTÃO DEL PAJEÚ:
CONTRIBUCIONES Y LUCHAS DE LAS MUJERES CAMPESINAS
EN LA CONSTRUCCIÓN DE UNA CONVIVENCIA
TRANSFORMADORA CON EL SEMIÁRIDO BRASILEÑO**

**WATERWAYS IN SERTÃO DO PAJEÚ: CONTRIBUTIONS AND
STRUGGLES OF THE PEASANT WOMEN IN THE
CONSTRUCTION OF A TRANSFORMING COEXISTENCE
WITH THE BRAZILIAN SEMIARID REGION**

Juliana Nascimento Funari²

funari.juliana@gmail.com

Mônica Cox de Britto Pereira³

monicacoxbp@gmail.com

RESUMO: Esse artigo traz um olhar complexo na perspectiva da Agroecologia, Ecologia Política e Ecofeminismo sobre as relações das mulheres camponesas do Sertão do Pajeú, em Pernambuco, com a água. No Semiárido Brasileiro a problemática da água se engendra através de processos sociopolíticos históricos de colonização, acumulação e dominação da natureza, bases do modelo de desenvolvimento. As mulheres camponesas constroem resistências a esse contexto a partir de outras racionalidades e têm desenvolvido conhecimentos e práticas holísticas de valorização da água como um bem comum. Elas vêm se (des)construindo como sujeitos políticos a partir da auto-organização, em uma construção feminista, ecológica e popular a qual modifica a gestão da água no território, fortalece a luta por justiça ambiental e contribui para implementação da agroecologia com igualdade de gênero no semiárido.

PALAVRAS-CHAVE: Água. Agroecologia. Ecofeminismo. Semiárido. Bem comum.

RESUMEN: Este artículo trae una mirada compleja en la perspectiva de la Agroecología, Ecología Política y Ecofeminismo sobre las relaciones de las mujeres campesinas del Sertão do Pajeú, en Pernambuco, con el agua. En el semiárido brasileño la problemática del agua se engendra a través de procesos sociopolíticos de colonización, acumulación y dominación de la naturaleza, bases del modelo de desarrollo. Las mujeres campesinas construyen resistencias a ese contexto a partir de otras racionalidades, han desarrollado conocimientos y prácticas holísticas de valorización del agua como un bien común. Se vienen (de)construyendo como sujetos políticos a partir de la autoorganización, en una construcción feminista, ecológica y popular que modifica la gestión del

¹As reflexões apresentadas neste texto são recorte da pesquisa de mestrado intitulada: “Um Sertão de Águas: mulheres camponesas e a reapropriação social da natureza no Pajeú”, 2016, Prodema/UFPE.

²Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.

³ Profa. Associada do Departamento de Ciências Geográficas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Brasil.

agua en el territorio, permite el fortalecimiento de la lucha por la justicia ambiental y contribuye a la implantación de la agroecología con igualdad de género en el semiárido.

PALABRAS CLAVE: Agua. Agroecología. Ecofeminismo. Semiárido. Bien Común.

ABSTRACT: This research brings a complex view from the perspective of Agroecology, Political Ecology and Ecofeminism on the peasant women social and environmental relations with water. In the Brazilian Semiarid Region the water issues are engendered through historical sociopolitical processes of colonization, accumulation and domination of nature, which are bases of the development model. The peasant women face this hostile context from other rationalities and through a holistic knowledge and practices with water as common good. Beyond the oppressions experienced by the women, they have been strengthened as political subjects from the self-organization in a legitimate feminist, ecological and popular construction. These political practices transform the water management held by them and strengthens their struggle for environmental justice, and also contributes to the implementation of agroecology with gender equality in the semiarid region.

KEYWORDS: Water. Agroecology. Ecofeminism. Semiarid Region. Common Good.

INTRODUÇÃO

Este artigo foi construído a partir de um recorte da pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco, em 2016.

Foi fruto de inquietações aprofundadas desde as vivências na graduação em gestão ambiental na Universidade de São Paulo, dos processos do mestrado junto ao NEPPAG – Ayni (Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia) da Universidade Federal de Pernambuco, e dos imensuráveis aprendizados nas trocas de conhecimentos com mulheres camponesas de diversos recantos do semiárido brasileiro a partir do trabalho realizado junto à equipe de direito das mulheres ONG Actionaid Brasil.

Morin (2002) aborda que o pensamento complexo nos processos de resgate de saberes e diálogo com outras matrizes de conhecimentos nos traz a oportunidade de entendermos a problemática socioambiental fora dos limites impostos pela racionalidade dominante. Para Leff (2003), no mesmo sentido, faz-se a possibilidade de redescobrirmos as relações sociedade-natureza através de outras lentes, engendradas a partir da racionalidade ambiental, consciente da alienação e incerteza do mundo “economicizado”.

O uso insustentável da água está baseado em uma racionalidade economicista hegemônica que tem gerado problemas imensuráveis para a humanidade, sendo que ainda hoje quase 1 bilhão de pessoas não tem acesso à água de qualidade para beber e precisam

enfrentar diversos tipos de conflitos para se (re)apropriar da água (UNICEF,2014). De acordo com Vandana Shiva (2006):

Para as mulheres do terceiro mundo, a escassez hídrica significa que terão que caminhar mais longe para buscar água. Para as famílias camponesas, é sinônimo de fome e desamparo, quando a seca assola seus campos. Para as crianças, significa a morte por desidratação. Simplesmente, nada pode substituir a este precioso líquido, necessário para a vida dos animais e plantas (SHIVA, 2006, p.32).

Hoje o uso da água é muito mais intenso do que em épocas passadas, estima-se que, no mundo, de toda água doce disponível 70% destinam-se para a agricultura, 20% para a indústria e 10% para o consumo humano. O uso intenso e predatório da água, principalmente na agricultura convencional e na indústria, tem alcançado um ritmo mais acelerado do que a própria regeneração dos sistemas naturais de água os quais são ainda contaminados por poluentes químicos, como por exemplo, os agrotóxicos (Malvezzi, 2005).

Grande parte das pesquisas realizadas sobre a problemática da água⁴, bem como as discussões atuais sobre “desenvolvimento sustentável” no Brasil, vêm abordando a existência da “crise da água”. Em nossa concepção a questão da água que se expressa em problemas graves de acesso, controle social e gestão desse bem comum vital, deve ser analisada como parte da questão ambiental e a partir de uma visão crítica ao sistema capitalista moderno colonial. Este tem se estruturado em formas predatórias de dominação da natureza, assim como perpetuado, aprofundado e distribuído de forma desigual os impactos negativos do “desenvolvimento” (ASCELRAD, 2004).

Nesse artigo, traremos algumas reflexões sobre as relações das mulheres camponesas com a água no semiárido brasileiro (SEAB), engendradas a partir das perspectivas da Agroecologia, Ecologia Política e Ecofeminismo Construtivista em diálogo com os conhecimentos e percepções das agricultoras que são sujeitos da construção dos conhecimentos da pesquisa.

Quando falamos de mulheres camponesas, do território do Sertão do Pajeú, é

⁴É relevante fazermos a distinção entre o conceito de “água” e “recursos hídricos”. Água é um bem da natureza que está no planeta há bilhões de anos, seu valor supremo é o biológico (MALVEZZI, 2005). Embora sejam indissociáveis, água e recursos hídricos, a água é um conceito muito mais amplo. Recursos hídricos podem ser considerados as parcelas de água que os seres humanos utilizam, e a expressão “recurso” tem suas raízes em uma visão da economia moderna, na qual os elementos da natureza usados nos processos produtivos são recursos econômicos, e é baseada na perspectiva utilitarista da natureza.

importante ressaltar sua diversidade: são sertanejas, caatingueiras, trabalhadoras rurais, indígenas, quilombolas, que diante das injustiças que permeiam suas vidas (re)existem. Semeiam e colhem as águas das veias da terra, das raízes e das nuvens. Mulheres que lutam diariamente não só por si, mas pelo(a) outro(a), com o acolhimento, força e persistência do Juazeiro (*Ziziphusjoazeiro*) que se mantém como um refúgio verde e resistente nos ciclos das secas.

Essas mulheres permitiram-nos perceber que o Sertão Pajeú também é um território de águas, que a vida ali pulsa a partir de uma convivência histórica dos povos sertanejos com a Caatinga. Num contexto sociopolítico hostil e de conflitos socioambientais intensificados nas estiagens de chuvas, ou as chamadas secas, essa convivência se configura em uma luta diária pela reapropriação social da natureza.

A partir dos resultados da pesquisa, constatou-se que a área de estudo apresenta diversas fontes de água fundamentais para a agricultura familiar camponesa e população local, mostrando a importância de aproximarmos o olhar sobre os territórios e percebermos os diversos caminhos das águas a partir dos diferentes sujeitos que ali vivem. Fica evidente que não podemos considerar o semiárido uma região homogênea e seca.

Além do Rio Pajeú, afluente do Rio São Francisco, existem fontes importantes para as famílias camponesas no território estudado, tais como riachos temporários, nascentes de encosta, afloramentos dos lençóis freáticos como olhos d'água, e, por fim, a água da chuva culturalmente acumulada nos períodos de inverno. Entretanto, essas estão ameaçadas pelas práticas relacionadas ao modelo de desenvolvimento hegemônico, as quais têm interferido na qualidade e quantidade das fontes que já apresentam alterações drásticas, conforme elucidado pela agricultora entrevistada:

Era muito bonito, tudo coberto com os pés de árvore grande, hoje tem muita diferença. Quando eu tinha uns 12 anos eu lembro... tinha peixe no rio, a gente pescava, em alguns poços ficavam peixes, eram peixes grandes, era mais Traíra e Comatá que é um peixe que o povo diz que é carregado. Meu pai cansou de pescar no rio, chegava em casa com um saco de peixe. (...) No tempo do rio, tomar banho, pescar, era bom demais, chupar cana no rio, pegava aquelas facas: borá pro rio! Na beira do rio a gente plantava as canas na beira. Quando o rio vinha com muita água, ano de inverno mesmo, aí levava tudo, quando baixava plantava de novo. Em 90 dias já tinha cana-de-açúcar, quando chovia era bom demais (agricultora Sítio Barra, Calumbi; 2015).

As mulheres camponesas, mesmo possuindo longa história de gestão da água no semiárido, experiências e estratégias de convivência, bem como conhecimentos específicos sobre a água, possuem espaço reduzido nas tomadas de decisões sobre esse bem comum, seja no sítio da família ou em espaços de participação política.

A auto-organização e também o envolvimento no movimento da agroecologia têm possibilitado às mulheres rurais um fortalecimento enquanto sujeitos políticos e ampliado as possibilidades de gestão da água no âmbito do manejo ecológico das fontes, bem como no âmbito político relacionado às dinâmicas sociais da água no território.

Perseguimos, na referida pesquisa de mestrado, o objetivo de analisar a gestão da água praticada pelas mulheres camponesas do campo agroecológico, no território do Sertão do Pajeú em Pernambuco, analisando suas práticas e tecnologias sociais para água de consumo doméstico e produtivo, bem como sua percepção e organização política sobre a gestão da água na perspectiva da convivência com o semiárido.

Nesse artigo, por sua vez, destacamos as análises realizadas sobre a auto-organização e a prática política das mulheres sobre a água, apontando suas contribuições e desafios na construção de uma convivência com o semiárido baseada na agroecologia, gestão sustentável da água e igualdade de gênero.

CAMINHOS POSSÍVEIS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

No es simplemente un conocimiento nuevo lo que necesitamos; necesitamos un nuevo modo de producción de conocimiento. No necesitamos alternativas, necesitamos un pensamiento alternativo de las alternativas (SOUSA SANTOS, 2006).

Tendo como horizonte contribuir para a construção de um “desenvolvimento”, ou en-volvimento rural emancipatório, baseado na racionalidade ambiental (LEFF, 2006), na diversidade dos povos sertanejos, no feminismo e na agroecologia, ressaltamos que é fundamental considerar e integrar os conhecimentos das mulheres agricultoras nos estudos científicos. Dentro dos limites dessa pesquisa, buscamos seguir um caminho de ruptura da estrutura de poder entre “sujeito-objeto” ou pesquisadora-agricultora.

A pesquisa foi realizada no Sertão do Pajeú, um dos territórios do Semiárido Brasileiro, delimitado pelo Governo Federal a partir do Programa Territórios da Cidadania⁵ em 2008. No território se construiu historicamente uma forte identidade

⁵O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania, o qual tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia (BRASIL, 2011).

territorial pelos diversos povos e comunidades que ali viveram e vivem.

As características socioculturais e costumes comuns do povo do Pajeú se constituíram a partir da influência e relações de poder, assimétricas, entre diversas culturas: indígenas, povos de matriz africana, portugueses e holandeses. Hoje as pessoas do Pajeú se identificam com diversos aspectos ambientais e culturais, sendo terra de poesia, de cantadores(as), violeiros(as), do Rio Pajeú, de comidas de bode e milho, da resistência sertaneja e da agricultura familiar (BRASIL, 2011).

Uma forte coesão territorial é dada pela presença do Rio Pajeú (de origem tupi “rio do curandeiro”) o qual possui uma grande importância material e simbólica para os povos e comunidades “pajeuzeiros”. Nas palavras do poeta sertanejo Sebastião Dias:

Originário das lendas o rio rasga o Sertão
Abrindo lagos e fendas no corpo bruto do chão
Com águas turvas e claras, sombreadas por Taquara e Jaramataia e Bambu
E as panorâmicas paisagens ondulam de verde as margens
Do vale do Pajeú
(...)
Quando o rio está guinado, um caboclo da mão grossa
quer passar pro outro lado onde botou uma roça
Amarra em cipós de salsa
Uma pequenina balsa de rolos de mulungu
E assim que o dia começa rema a balsa e atravessa
As águas do Pajeú
Vez em quando da colina desce alegre a camponesa
Que na água cristalina vem dispor sua beleza
Desnuda o corpo trigueiro da roupa que solta o cheiro de caimã e beijú
E onde o banho ela toma, deixa o gostinho de goma
Nas águas do Pajeú
(...)
Nesse canteiro de flores que a natureza constrói
Seus gênios são cantadores, o Vaqueiro é o seu herói
Sua memória completa, com certeza algum poeta guardou no fim do baú
Um livro com a história a vida e a trajetória
Do povo do Pajeú
(...)
(Rio Pajeú, Sebastião Dias)

Para Godelier (1984 *apud* Diegues, 2001), o espaço do território fornece em primeiro lugar “a natureza do homem como espécie”, mas também os meios de subsistência, de trabalho e produção; meios de produzir os aspectos materiais da estrutura de uma sociedade.

Além disso, na mesma direção de Haesbaert (2005), consideramos que o território é imerso em relações de poder, de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, e assim “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (HAESBAERT, 2005, p. 75).

Em meio a multiplicidade de agentes da construção territorial e suas conflitantes formas de dominação ou apropriação da água e da natureza, para nós é fundamental considerar as mulheres camponesas não apenas vítimas das opressões, mas sujeitos políticos impulsionadores de transformações socioambientais, detentoras de conhecimentos e práticas específicas e contra hegemônicas.

A pesquisa abrangeu ainda sítios ou comunidades de três (3) municípios do Pajeú, tais quais Triunfo, Santa Cruz da Baixa Verde e Calumbi. Esses fazem parte da microrregião de Serra Talhada de acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Pajeú (BRASIL, 2011).

Na perspectiva da pesquisa participante abordada por Brandão e Borges (2007), vivenciamos a Caravana em Defesa do Rio Pajeú. Como parte da programação da XII Semana Nacional do Meio Ambiente, a caravana foi organizada no território do Pajeú por organizações não governamentais, movimentos sociais, sindicatos rurais e universidade, atuantes na região em defesa da agricultura familiar, meio ambiente e justiça socioambiental.

Participaram 56 pessoas, entre equipe técnica das ONGs, pesquisadores(as), sindicalistas e agricultores(as) oriundos dos 28 municípios que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio Pajeú. Ao longo da caravana percorreram-se trechos estratégicos para a observação dos conflitos e quadro socioambiental da região do alto Pajeú, a qual compreende da nascente no município de Brejinho à Barragem de Brotas, localizada no município de Afogados da Ingazeira.

A Caravana Agroecológica é uma metodologia pedagógica para a mobilização social

e construção de análises coletivas a partir das vivências, observações e discussões no território, e tem sido construída e utilizada pelas ONGs, movimentos sociais, núcleos de agroecologia das universidades e redes de agroecologia do Nordeste. Estas têm possibilitado exercícios descentralizados e participativos de análise, trazendo para o centro da reflexão-ação os conflitos socioambientais e padrões do modelo de desenvolvimento, estimulando um olhar integrado e crítico sobre os territórios. Além disso, buscam facilitar a convergência de diferentes dimensões relacionadas ao fortalecimento da agroecologia (AARJ, 2014).

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) tem um papel importante na promoção e aprimoramento dessa metodologia, principalmente a partir do processo preparatório do III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), que se realizou no mês de maio de 2014, em Juazeiro, na Bahia.

O encontro proporcionou 14 “Caravanas Agroecológicas e Culturais”, as quais mobilizaram milhares de pessoas e possibilitaram o reconhecimento e a análise de uma grande diversidade de experiências agroecológicas desenvolvidas em territórios de todas as regiões brasileiras (ANA, 2014).

A Caravana em Defesa do Rio Pajeú, como veremos na discussão desse artigo, nasce de dinâmicas enraizadas no território a partir do movimento de mulheres e sua relação com outros sujeitos políticos locais, entretanto, também é influenciada e aprimorada a partir das experiências do movimento agroecológico no Brasil.

Nossa vivência na Caravana possibilitou um olhar mais próximo dos desafios enfrentados pelas mulheres camponesas e pelos demais sujeitos políticos que lutam cotidianamente pelo acesso e gestão justa e ecológica da água no sertão do Pajeú. As perguntas e análises individuais, que motivaram a pesquisa inicialmente, se fortaleceram a partir das questões discutidas coletivamente na caravana.

Ainda como parte da pesquisa de campo foram visitados os agroecossistemas de mulheres camponesas da área de atuação da ONG Casa da Mulher do Nordeste⁶ e ONG

⁶ ONG feminista criada em 1980, em Recife. Sua missão é o empoderamento econômico e político das mulheres a partir da perspectiva feminista. Desenvolve no território do Pajeú, desde 2003, o Programa Mulher e Vida Rural, o qual visa fortalecer a capacidade de produção e de participação política das mulheres em espaços rurais através da construção de conhecimentos agroecológicos e da auto-organização em rede (CMN, 2016).

Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá⁷. Nas visitas de campo utilizamos técnicas como entrevistas semiestruturadas e mapas das águas. Os mapas das águas, inspirados na ferramenta “mapa de propriedade” do Diagnóstico Rural Participativo (DRP), foram construídos na escala dos agroecossistemas pelas agricultoras.

Os sítios visitados foram: Sítio Souto e Sítio Carnaubinha, no município de Triunfo; Sítio dos Nogueiras e São José do Pilotos, no município de Santa Cruz da Baixa Verde; e Sítio Barra, em Calumbi. Participaram da pesquisa oito (8) mulheres, sendo sete (7) agricultoras e uma (1) mulher da equipe da ONG Casa da Mulher do Nordeste, em Afogados da Ingazeira.

MULHERES CAMPONESAS NA CONFIGURAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DA QUESTÃO DA ÁGUA NO TERRITÓRIO

Uma visão holística sobre o semiárido é fundamental para a compreensão do engendramento histórico da problemática sociopolítica da água na região. É preciso considerar aspectos ambientais, sociais, culturais, econômicos e políticos, que de forma profundamente integrada foram dando origem, ao longo da história, a um modelo hegemônico de dominação e uso da natureza. Esse modelo, baseado na práxis moderna-colonial, vem delimitando o acesso à terra, água e à natureza pelas famílias camponesas (PORTO-GONÇALVES, 2002).

Em nossa análise, a questão da água no Sertão Pajeú se estrutura a partir dos seguintes elementos: 1) colonização baseada na tentativa de extermínio dos povos e comunidades tradicionais do semiárido, desprezando suas matrizes de conhecimentos; 2) concentração da terra e da infraestrutura hídrica nas mãos da elite agrária; 3-) legitimação e reforço pelo Estado, das estruturas de poder restritivas ao acesso e controle sobre a água pelos camponeses, a partir de políticas públicas de combate à seca e indústria da seca; 4) degradação ambiental da vegetação nativa e das fontes de água (Rio Pajeú, riachos e águas subterrâneas) desde o modelo de desenvolvimento implementado; 5) ausência do Estado na construção de políticas públicas contextualizadas ao semiárido e voltadas a gestão

⁷ONG que atua na construção da agroecologia em Pernambuco desde 1993. Visa a promoção da agricultura familiar dentro dos princípios da agroecologia, desenvolvendo e multiplicando a Agricultura Agroflorestal ou Sistemas Agroflorestais (SABIÁ, 2016).

integrada e participativa da água;

No âmbito da ocupação humana do Semiárido Brasileiro (SEAB), Socorro Ferraz e Bartira Ferraz Barbosa (2015) apontam que os estudos tradicionais da historiografia brasileira são baseados em visões etnocêntricas, racistas e excludentes, dominantes na práxis política, jurídica e intelectual latino-americanas. Partem das ideias do “vazio humano” e das “gloriosas sagas civilizatórias” dos homens conquistadores, ignorando a existência de grupos e povos indígenas que ali viviam desde tempos imemoriais.

Ressaltamos, de forma complementar a discussão, que essa perspectiva hegemônica sobre os sertões é também androcêntrica e sexista. Em uma história “sem mulheres”, ou onde Lampião é protagonista e Maria Bonita⁸ coadjuvante, até mesmo quando, raramente, se olha para a importância e protagonismo dos vaqueiros, camponeses, indígenas ou negros para as reconfigurações dos sertões, as contribuições das diversas mulheres que estavam ali presentes – indígenas, negras, camponesas e mesmo as das elites – são invisibilizadas.

A concentração da água no SEAB está estreitamente atrelada à acumulação histórica de terras nas mãos de uma restrita elite agrária. Essa vem absolutizando seu domínio privado sobre aqueles bens comuns a partir de relações de poder colonialistas e das sesmarias desde o século XVII, e posteriormente a partir da cultura coronelista⁹ (SILVA, 2003).

Nesse contexto, as “secas” se tornam um elemento chave no engendramento da questão da água no semiárido. Para Roberto Silva (2003), a institucionalização das secas foi sobretudo uma estratégia de fortalecimento da elite regional, tornando-se:

um poderoso instrumento regionalista para unificação do discurso de grupos políticos dominantes do “Norte”, na conquista de espaços no Estado republicano, comandado pelas oligarquias do Sudeste. A seca, divulgada nacionalmente como um grave problema, torna-se um argumento político quase irrefutável para conseguir recursos, obras e outras benesses que seriam monopolizadas pelas elites dominantes locais (SILVA, 2003, p.362).

⁸Lampião e Maria Bonita eram lideranças de um dos principais grupos do Cangaço, formado por camponeses da região semiárida de Pernambuco no século XIX. O grupo armado lutava contra as injustiças vividas pelo seu povo e contra a ordem social e política. Maria Bonita e Lampião se tornaram personagens populares da cultura sertaneja.

⁹ O coronelismo é um sistema de relações de poder de raiz patriarcal, desenvolvido sobre as bases da estrutura agrária brasileira. Essa cultura vem se desenvolvendo desde a República Velha (1889-1930) e hoje assume faces diferentes, se espelha nas origens e práticas de determinadas formas políticas do Brasil, sendo uma forma peculiar de manifestação do poder privado (LEAL, 1976).

As estiagens prolongadas só passaram a ser consideradas um problema nacional na segunda metade do século XVIII, a partir de grande pressão política dos coronéis incomodados com as perdas de seus rebanhos na seca de 1877 e instigados com a possibilidade de ampliarem suas riquezas e poder político por meio de recursos públicos disponibilizados sobre o mote da calamidade social latente, o que hoje se denomina indústria da seca.

Assim, inicia-se a implementação de infraestruturas hídricas, mais especificamente de açudes, nas terras de grandes proprietários, que além de acumularem as melhores terras começavam a monopolizar a água armazenada (SILVA, 2003).

Desde a consolidação do Estado-Nação, as políticas públicas de combate às secas – assistencialistas e paliativas – reforçaram essas estruturas concentradoras de terra, água e bens comuns em geral, e aumentaram a concentração de poder nas mãos da elite agrária no semiárido. Essas políticas “contra as secas”, ou contra a natureza, eram as únicas políticas públicas de água, não havendo historicamente outras ações para atendimento das demandas básicas das famílias camponesas relacionadas ao saneamento ambiental e especificamente ao abastecimento hídrico (CARVALHO, 1988; MEDEIROS FILHO e SOUZA, 1988; BAPTISTA e CAMPOS, 2013).

Enquanto isso, a escassez de água, referida por Malvezzi (2005) como socialmente construída - visto que existe chuva e fontes de água no SEAB, considerado o mais chuvoso do mundo - gerava situações gravíssimas de insegurança alimentar, chegando recorrentemente à fome e calamidade social.

Os(as) camponeses(as) sempre lutaram frente a essa situação de opressão e apesar do contexto, desenvolveram estratégias de convivência com o semiárido. Configuram-se inclusive resistências por meio de movimentos organizados que buscavam, entre outras lutas, construir sociedades autossustentáveis e adaptadas aos sertões, como observou-se no Arraial de Canudos no sertão baiano (fim do século XIX) e na fazenda Caldeirão de Santa Cruz do Deserto (início do século XX) formada por seguidores do Padre Cícero no sertão do cariri cearense.

As secas atingiam intensamente a produção camponesa, tradicionalmente constituída em sistemas de sequeiro, dependentes das chuvas do inverno. Além disso, as fontes de água de uso doméstico e para os animais logo secavam ou tinham sua qualidade degradada. Produziam-se os cenários onde as mulheres caminhavam quilômetros com as

latas na cabeça para acessar fontes de água para beber, cozinhar, lavar roupas, não ocasionalmente distantes de seus sítios e muitas vezes em terras de coronéis.

A distribuição dos ônus, ou impactos negativos desse sistema de dominação da natureza e da água na região, não é feita ao acaso na sociedade e, como aponta Ascelrad (2004), está diretamente atrelada às condições de classe, raça/etnia e gênero. Nesse sentido, as mulheres camponesas estão subjugadas a vivenciar na pele os mais intensos impactos sociais, ambientais e psicossociais das secas prolongadas, as quais revelam a mais grave face da questão da água no território.

Dentro da divisão sexual do trabalho, uma das expressões do sistema patriarcal, as mulheres camponesas além de realizarem diversos trabalhos produtivos, são responsabilizadas pelos trabalhos reprodutivos, domésticos e de cuidados, tais como o preparo de alimentos, abastecimento de combustível (lenha), provimento de água para beber e cozinhar. Assim, elas são impactadas de maneira diferente e respondem de forma específica às mudanças no acesso a esses meios de sobrevivência, sendo frequentemente as primeiras a reagirem e lutarem contra a escassez, privatização e deterioração desses recursos (SILIPRANDI, 2009 e WOORTMANN e WOORTMANN, 1997).

As mulheres camponesas do Pajeú relatam que nas secas de 1984, 1993 e 1999, por exemplo, a maior parte de seu tempo de trabalho era destinada à busca de água em fontes distantes, muitas vezes com qualidade reduzida. Em tempos de estiagem no semiárido, a negação do acesso à água para a realização dos trabalhos, produtivos e reprodutivos, intensificava muito os desgastes físicos e psicológicos sofridos por elas:

Eu não dormia! Eu acho que eu adoeci de depressão foi de preocupação d'água. Tive depressão e foi mais os problemas de água: você quer lavar prato não tem água, quer lavar roupa não tem água, quer tomar banho não tem água. (...) Na seca é pior pra família inteira, mas as mulheres sofrem mais. As mulheres querem ver seus panos cheirosos, suas coisas limpas, é muito importante isso. Você poder cuidar da sua limpeza, um pano limpo, uma roupa limpa. Eu já dei banho em dois filhos meus com 3 litros de água dentro de uma bacia, e eu peguei aquela aguinha e ainda botava num pezinho de manga que tinha aqui, esse pé de manga se encontra aqui desde que cheguei, agoei o pé de manga... não gosto nem de lembrar desse tempo (agricultora entrevistada, Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde, 2015).

Frente a esse contexto, elas vêm utilizando diversas estratégias de convivência com o semiárido e conhecimentos relacionados: aos usos de plantas nativas tais como as que

“chamam água” e adubam o solo; a guarda de sementes crioulas; práticas de armazenamento, higienização e reutilização de água. Entretanto, a ausência de políticas públicas adequadas à realidade do semiárido e das famílias camponesas, bem como de condições socioeconômicas dignas, levaram essas mulheres a um grande sofrimento nas estiagens prolongadas.

No SEAB as alterações ambientais, tais como da vegetação nativa e do solo intimamente ligados à conservação da água, ocorrem desde as sociedades indígenas autossustentáveis até hoje. Todavia, é preciso perceber que os manejos realizados pelos diversos sujeitos e grupos sociais se baseiam em racionalidades e objetivos muito distintos. Para além da dicotomia entre sociedade e natureza, nem sempre essas alterações são negativas:

No mundo inteiro, recursos comunitários vêm sendo manejados e conservados por diversas sociedades humanas, por meio de mecanismos culturais que conferem um significado simbólico e social à terra e aos recursos, além do seu valor imediato de extração (GÓMEZ-POMPA e KAUS, 2000, p. 130).

Entretanto, a dominação dos territórios do semiárido pela elite agrária, representada por homens brancos, permitiu a implementação de um modelo de desenvolvimento patriarcal, racista e predatório às bases ambientais necessárias para a reprodução dos modos de vida que ali coexistiam com a natureza, como os indígenas, e dos que se desenvolveram a partir das resistências camponesas e dos povos de matriz africana.

Sobre a relação da dominação-exploração masculina com a degradação da natureza, a filósofa Alicia Puleo (2011) ressalta que a desconexão entre ser humano-natureza permitiu uma hierarquização, onde o sujeito ativo é a cultura e o objeto passivo é a natureza. Nessa dicotomia, mecanicista e reducionista, possibilitada também através das opressões milenares do sistema patriarcal, as mulheres não são consideradas protagonistas da cultura e sim parte da própria natureza, sendo mulheres-natureza passíveis de objetificação e dominação.

Consideramos que a degradação da natureza no SEAB, mais especificamente do solo, biodiversidade e água, através de usos insustentáveis se inicia com o avanço dos colonizadores europeus, se intensifica com a consolidação da práxis capitalista-patriarcal-racista nos territórios e, posteriormente, com a “modernização” conservadora da agricultura baseada na Revolução Verde nos anos de 1960. Parte do processo é evidenciado

por Guimarães Duque, em seus escritos de 1949:

A caatinga alta, fechada, impenetrável pela densidade e pelos espinhos, foi a primitiva mais rica de elementos arbóreos, mais povoada de espécies nobres, mais secular na idade, porque conseguiu escapar do fogo indígena, que sobreviveu ao avanço dos primeiros colonizadores, menos lavradores e mais criadores, mas que sucumbiu ao segundo passo da Civilização quando as bocas mais poderosas e as necessidades de matéria-prima apelaram para amplos roçados e plantios.(...) A degradação lenta e inexorável das vegetações típicas, naturais, já começa a apresentar os seus primeiros resultados no estrago do solo, diminuição das safras por unidade de área e fome parcial. Algumas causas são recentes, outras começaram a agir séculos atrás. (...) As plantas do sertão mostram os sinais deixados pelo corte e pela queima, repetidos durante séculos, depois que aqui chegou o homem branco (DUQUE, 2004, p.103).

Segundo o diagnóstico do Ministério de Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2011), os ecossistemas nativos no Pajeú têm sofrido processos históricos de degradação, levando diversas áreas rurais, por exemplo, à perda da capacidade produtiva. O mesmo estudo registrou que além da existência de áreas de formações arbóreas e arbustivas com baixa diversidade, ocorrem impactos da extração de carvão, queimadas, práticas agropecuárias realizadas sem a preocupação com a capacidade de suporte dos ecossistemas (com uso intensivo da terra e de agrotóxicos, por exemplo), os quais têm contribuído para a redução da biodiversidade nativa, intensificação dos processos erosivos e de desertificação.

CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES DO PAJEÚ AOS PROCESSOS POLÍTICOS DE GESTÃO DA ÁGUA: (DES)CONSTRUINDO PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS NA CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

Desde os anos de 1980, para transformar suas realidades e a sociedade, as mulheres camponesas do Pajeú vêm se auto-organizando politicamente em movimentos sociais, tais como no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) - muito influente no território estudado.

Como ressalta Gema Esmeraldo (2013), as lutas dessas mulheres são permeadas pelo signo da contradição, ao mesmo tempo em que o trabalho e demandas femininas passam a ser discutidos publicamente, e que se busca politizar o mundo privado, na maioria das vezes ainda é mantida a ordem moral e de autoridade entre o casal, perpetuando a desvalorização do trabalho das mulheres no interior da família.

Laetícia Jalil (2014) e Vanete Almeida (1995) apontam que a partir da concepção política de que os sindicatos são um instrumento fundamental para a luta social e da incorporação de questões específicas, as mulheres do Pajeú, articuladas pela liderança sindical do Polo Sertão Central, Vanete Almeida, começaram a construir espaços de auto-organização e empoderamento também para disputar seu lugar nos sindicatos.

A participação das mulheres nas frentes de emergência na grande seca de 1979-1984, foi fundamental para sua aproximação, construção de uma consciência coletiva e mesmo mapeamento e mobilização de possíveis lideranças por Vanete (JALIL, 2014). Assim, em 1984, foram criadas as condições para o primeiro encontro do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR-SC) (ALMEIDA, 1995). A partir daí o movimento foi se fortalecendo como sujeito político coletivo, abrindo caminhos para as mulheres camponesas aos poucos se transformarem e ocuparem espaços de discussão política e organização social no território.

No final dos anos de 1990, a assessoria técnica com as famílias camponesas ganha força no território com a chegada de ONGs, as quais realizam uma série de programas e ações com investimentos governamentais e da cooperação internacional. Esse movimento se dá de forma integrada à constituição da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) na região e fortalecimento da perspectiva da convivência com o semiárido, e como discutiremos mais a frente, havendo, a partir de conquistas sociais, a implementação de políticas públicas para o “desenvolvimento sustentável” do Semiárido.

O fortalecimento do MMTR – Sertão Central permitiu que as camponesas do Pajeú se inserissem nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, disputando e, aos poucos, conquistando lugar nas tomadas de decisões, através da incidência política em níveis locais, estadual e nacional¹⁰.

As mulheres entrevistadas se inserem de formas diferentes nas associações da agricultura familiar, sindicatos de trabalhadores(as) rurais e no próprio movimento de mulheres, tendo algumas o perfil de lideranças comunitárias.

As organizações específicas de mulheres da agricultura familiar nas quais estão

¹⁰Em 2001 a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) instituiu que pelo menos 30% dos cargos de diretoria deveriam ser ocupados por mulheres, influenciando mudanças nesse sentido. Somente no Congresso Nacional da CONTAG de 2013 instituiu-se a paridade entre homens e mulheres nos cargos de diretoria dos sindicatos, os quais estão em processo de reformulação do estatuto seguindo essa nova orientação nacional.

inseridas hoje são a Associação Mulher Flor do Campo e o Grupo de Mulheres Doce Esperança, os quais fazem parte da Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú¹¹. Essa rede é composta por mais de 30 grupos de mulheres produtoras e artesãs, articulando mais de 500 mulheres camponesas.

As mulheres dessa pesquisa estão no campo de ação da assessoria técnica da ONG feminista Casa da Mulher do Nordeste (CMN) e da ONG Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. Segundo Ana Paula Ferreira (2015), essas têm uma atuação importante para o empoderamento individual e coletivo das mulheres do território, somando forças com as organizações de base comunitária para a construção de um projeto político de desenvolvimento rural contra-hegemônico, pautado na agricultura familiar de base agroecológica.

A partir da crítica às políticas públicas e ações que consideram a família camponesa um todo homogêneo e romantizado, a assessoria técnica em agroecologia na abordagem feminista, realizada pela CMN, busca enxergar e atuar sobre as relações de poder dominadoras e opressoras também dentro da família. Perceber as mulheres como sujeitos políticos nos processos produtivos é central em suas ações, que buscam abrir caminhos para o empoderamento político-econômico como processo coletivo, a partir principalmente da auto-organização (ALMEIDA, 2008).

Com a auto-organização e maior acesso a políticas públicas para mulheres rurais, tais como a ATER Agroecologia e ATER Mulher, as mulheres do território têm participado, cada vez mais, de processos de fortalecimento da produção agroecológica, aumentando a segurança alimentar da família, assim como a renda monetária e não-monetária¹². Elas têm participado da comercialização dos alimentos agroecológicos, vendendo parte de sua produção em feiras, porta a porta e para o mercado institucional por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Nesse contexto, constata-se que a luta pela água permeia a aproximação e encontro

¹¹ A Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú nasce em 2006, a partir de um projeto idealizado pela ONG Casa da Mulher do Nordeste (CMN), voltado ao fortalecimento da auto-organização das mulheres para a conquista de sua autonomia como sujeito de direito e integrado à metodologia da Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste. Hoje se articula como uma organização autônoma.

¹² A renda não monetária pode ser entendida quando olhamos para a diversidade de insumos, alimentos e plantas medicinais disponíveis para a família nos quintais produtivos das mulheres, reduzindo, portanto, a necessidade de se recorrer ao mercado.

dessas mulheres desde as frentes de emergências em 1984, e torna-se um denominador importante para sua organização política enquanto mulheres.

Além das ações históricas do MMTR-Sertão Central no Pajeú para a construção de sua identidade e suas bandeiras - nas quais a água está transversalmente presente-, com o fortalecimento do movimento e de organizações de mulheres (grupos de produtoras, associações, redes), bem como da perspectiva da agroecologia junto às mesmas, a própria água passa a ser uma bandeira de luta das mulheres.

As mulheres camponesas dessa pesquisa não só percebem ao longo do tempo os impactos do modelo de desenvolvimento sobre as fontes de água do território, como atuam de forma ativa para a conservação da água a partir 1) de suas práticas de manejo da natureza nos agroecossistemas, como também 2) de suas práticas políticas.

As mulheres têm sido protagonistas na construção da agroecologia no semiárido, atuando como guardiãs da biodiversidade da Caatinga e possibilitando uma gestão ecológica da água na agricultura. Além disso, em geral são elas que iniciam o processo de transição agroecológica, influenciando a família nessa transformação.

Nos baseando em autoras como Vandana Shiva (1998) e Emma Siliprandi (2009), o processo de transição agroecológica vai muito além de mudanças nas práticas agrícolas. Envolve necessariamente dimensões culturais, políticas, econômicas e ambientais, assim como transformações nas relações de poder que levem a mudanças estruturais nas relações sociedade-natureza. A perspectiva ecofeminista, segundo as autoras, se faz essencial nessa transformação agroecológica:

o ecofeminismo construtivista (expressão criada por Alicia Puleo) tenta recuperar tanto a análise das condições concretas de vida das mulheres como os condicionantes ideológicos integrantes do sistema sexo-gênero que marcam a construção das subjetividades masculina e feminina e que devem ser desmontados para poder se avançar em direção a propostas de transformação social ecologistas e com igualdade de gênero (SILIPRANDI, 2009).

A agroecologia como movimento, ciência, prática e proposta de desenvolvimento rural (WEZEL, 2009), é uma das bases na construção do paradigma e projeto político de convivência com o semiárido. Possibilitando o protagonismo dos(as) camponeses(as) nos processos de construção das bases socioambientais para outros semiáridos possíveis.

Além disso, a diversificação da produção, fortalecimento da biodiversidade, tecnologias sociais e práticas de estocagem nos agroecossistemas familiares, vêm

permitindo uma maior resiliência dos sistemas produtivos frente as secas no Pajeú, assim como a conservação e recuperação da caatinga e suas fontes de água. Shiva (2006) reforça que sistemas agrícolas ecológicos são a única forma sustentável de produção de alimentos em regiões propensas a secas ou estiagens, capazes de recuperar o armazenamento de água no solo e fontes de água.

No Pajeú, o MMTR e os grupos de mulheres produtoras e artesãs dos quais elas fazem parte, desempenham ações importantes para recuperação, conservação e monitoramento da disponibilidade e qualidade da água, bem como realizam incidência política sobre a gestão da água no território.

No âmbito das ações protagonizadas pelas mulheres do Pajeú enquanto sujeitos coletivos, com foco na questão da água, destacamos aqui a recuperação e conservação de trechos do Rio Pajeú e seus riachos (Olho d'água e Cana Brava por exemplo); formações e discussões sobre a água; mobilizações e capacitações em torno das tecnologias sociais de água e sua gestão; e a Caravana em Defesa do Rio Pajeú como instrumento de mobilização e articulação para o monitoramento social e incidência política. Na fala da agricultora, liderança comunitária:

Sempre a gente fala da água na associação, na reunião do sindicato. A gente participou também do dia da água, eram passeatas para limpeza dos riachos, e também teve um trabalho de restauração das margens do riacho Cana Brava. Quem toma conta é o pessoal da comunidade, fizeram uma restauração junto com a comunidade, associação, sindicato, na época Vanete Almeida ainda era viva. Fizeram uma passeata no dia da água, e marcaram um dia para catar os lixos, daí por diante fizeram um trabalho bonito lá, nunca faltou água lá (agricultora, Sítio São José Dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde, 2015).

Em 2002, o MMTR-SC junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Santa Cruz da Baixa Verde e o Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR) iniciaram uma campanha para recuperação do Riacho Olho d'Água. A partir desse processo no Olho d'Água, nasce a inspiração para as mobilizações sociais pela recuperação e conservação do Rio Pajeú, ocorrendo a primeira Caravana em Defesa do Rio Pajeú em 2004. Desde o início a construção desse processo envolveu diversas organizações e redes da agroecologia do território, bem como o protagonismo de organizações feministas e de mulheres, como a CMN e a Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú. Na fala de Vanete Almeida, liderança do MMTR-SC e uma das fundadoras do

CECOR, em entrevista cedida para um site em 2011, ficam evidentes as contribuições das mulheres na luta pelo direito à água no território:

Em 2009, foi realizada uma caminhada na cidade de Serra Talhada até as margens do rio Pajeú para verificar sua destruição. Durante este mesmo ano, realizamos várias reuniões com a sociedade civil a fim de mobilizarmos as pessoas em defesa do rio. Em março de 2010, houve a Caravana em Defesa do Rio Pajeú. A caravana entrava nas cidades fazendo panfletagens e denunciando a situação. As escolas foram envolvidas e, posteriormente, visitadas. Nosso objetivo foi discutir com os jovens e as crianças a situação do rio. A caravana realizou o I Seminário em Defesa do Rio Pajeú, no dia 8 de abril de 2011. O seminário contou com ampla participação da sociedade civil, agricultores, professores, estudantes, autoridades políticas e religiosas e representantes do poder público. (...) Os grupos participantes se reuniram, apresentaram propostas de ações e firmaram compromisso para a revitalização do Pajeú (ALMEIDA, 2011).

As Caravanas visam também, segundo a entrevista de Vanete Almeida, fortalecer a articulação social dos movimentos socioambientais para reativar o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pajeú. Além disso, contribui para uma construção de mudança culturais nas relações sociedade-natureza a partir de ações coletivas, como se observa na fala da agricultora entrevistada e participante da caravana:

Eu fui com a esperança de conhecer a nascente com água, cheguei lá tinha um buraquinho seco. Andamos quilômetros esperando ver a nascente de um rio, quando chegamos lá você não vê nada, vê tudo morto, seco, acabado. Aquilo foi pra mim de cortar o coração, uma decepção total. (...) Mas está tendo um movimento muito grande para preservar a mata ciliar, o pessoal das organizações estão incentivando as pessoas a plantarem árvores. Está havendo uma conscientização das pessoas, que eu espero que daqui uns 5 anos as pessoas tenham mudado sua forma de agir e queiram plantar mais e cuidar mais do meio ambiente, preservar porque é importante. (agricultora, Sítio Souto, Triunfo, 2015).

A Caravana em Defesa do Rio Pajeú, que teve sua origem a partir de ações do movimento de mulheres em 2004 e que continua se articulando uma vez ao ano, em nossa análise consiste em um instrumento importante para: a) o aprofundamento e formação política sobre a problemática da água e modelo de desenvolvimento; b) trocas e resgates de conhecimentos sobre a gestão da água no semiárido para construção de soluções populares e participativas; c) construção de mudanças culturais nas relações sociedade-natureza; d) ampliação do controle social sobre a implementação e andamento das políticas públicas da água e conservação da natureza; e, por fim, para e) construção de estratégias de

reivindicação de direitos e políticas públicas, denunciando violações à sociedade e pressionando o poder público.

Também destacamos ações articuladas pela Casa da Mulher do Nordeste e Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú no âmbito do fortalecimento da reflexão-ação sobre a questão da água e a convivência com o semiárido. Observa-se a partir desses processos: a) o fortalecimento de uma rede agroecológica sociotécnica feminista que envolve na discussão e implementação de tecnologias sociais de água, os conhecimentos e necessidades das mulheres; b) trocas de conhecimentos entre as mulheres sobre gestão da água e manejo ecológico da natureza; c) reflorestamentos com espécies nativas protagonizados pelas mulheres camponesas; c) o resgate de saberes sobre plantas da caatinga e seus usos, inclusive para a conservação da água.

No âmbito do projeto Mulheres na Caatinga¹³, por exemplo, como parte dos processos da rede sociotécnica agroecológica feminista, os fogões agroecológicos foram apropriados, adaptados e construídos pelas próprias mulheres a partir de seus conhecimentos e necessidades, de forma integrada à discussão sobre a divisão sexual do trabalho nas comunidades:

Dos experimentos as mulheres foram descobrindo as melhores formas e chegamos nesse modelo adaptado. Foi muito melhor, deu muito certo, economiza a lenha, economiza o tempo das mulheres para pegar lenha, tem uma chaminé que emite pouca fumaça, diminui a emissão de gases e evita problemas de saúde nas famílias, tem o forno que ao mesmo tempo que cozinha pode assar no forno porque esquenta ao mesmo tempo. As mulheres que fazem beneficiamento passaram a usar esse fogão, gastam bem menos gás, outras nem compram mais gás... são vários benefícios (coordenadora da CMN no Pajeú, 2015).

As mulheres camponesas realizam a gestão cotidiana da água no semiárido, não apenas para o uso doméstico, mas também para a produção de pequenos animais, verduras, fruteiras e plantas medicinais ao redor de casa, como elucida o mapa da figura 1 a seguir. Assim, possuem conhecimentos e práticas fundamentais para o embasamento de estratégias coletivas de cuidado e conservação desse bem comum vital.

¹³Mais informações sobre esse projeto podem ser consultadas no site da organização Casa da Mulher do Nordeste.

argumentações e disputas, criando possibilidades para que suas demandas sobre a água sejam visibilizadas e consideradas nas tomadas de decisões. É fundamental uma incidência política qualificada das mulheres nessas disputas e negociações em espaços mistos, permeados pela cultura machista.

Devido ao contexto socioambiental, a pauta da água sempre foi importante nos espaços políticos da agricultura familiar do território. Porém, como apontado anteriormente, essa discussão vem se intensificando a partir da consolidação da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e implementação de políticas públicas na perspectiva da convivência com o semiárido, integradas às demais políticas do campo da agroecologia¹⁴ conquistadas pela luta social.

Baptista e Campos (2013) apontam que nas décadas de 1990 e 2000 a sociedade civil organizada influenciou fortemente para que o Semiárido se tornasse gradualmente uma pauta política permanente, atrelando esse fato às ações históricas de resistência camponesa e, mais recentemente, à articulação social para a convivência com o semiárido, fundamentada no sucesso e valorização de alternativas locais. A luta das mulheres pela água no Pajeú se integra, contribui e se transforma nesse novo contexto, no qual se intensificam as mobilizações sociais em torno da convivência com o semiárido, sendo a água um mote central.

O movimento e organizações de mulheres camponesas, inclusive do Pajeú, estiveram diretamente envolvidas nos processos de fortalecimento da perspectiva de convivência com o semiárido, que posteriormente deram origem à ASA. Desde a fundação da ASA, todavia, não tinham espaço político para influenciar as decisões e protagonizar os processos ao lado dos homens que lideravam as articulações. Assim, para compreendermos suas contribuições é preciso entender seus desafios, profundamente relacionados às assimetrias nas relações de poder.

Mais recentemente um maior número de movimentos e organizações de mulheres passam a integrar a ASA e reivindicar seu espaço político, que aos poucos e com muitos percalços está sendo conquistado. Dentre elas, destacamos como exemplos de luta na abordagem feminista dentro da articulação, a atuação do Grupo de Trabalho de Mulheres

¹⁴Entre elas destacam-se: a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), de 2003; a ATER específica para as mulheres (ATER Mulher), de 2003; a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), de 2013; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), de 2003; e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), regulamentado em 2009.

da ASA Paraíba; Comissões de Mulheres da ASA do Ceará; Centro Feminista 8 de Março no, Rio Grande do Norte; e MMTR e CMN, em Pernambuco. Essa última organização integra a ASA em 2008, iniciando a execução do P1MC (Programa 1 Milhão de Cisternas) no território do Pajeú.

Dentro da perspectiva de convivência com o semiárido e das ações da ASA, os programas P1MC (Programa 1 Milhão de Cisternas) e P1+2 (Programa Uma Terra e Duas Águas), iniciados em 2000 e 2007, respectivamente, têm como objetivo comum, a partir do incentivo à organização comunitária, gerar processos de mobilização e formação protagonizados pelos(as) camponeses(sas) em torno da luta pela água, e mais amplamente, da luta socioambiental pela convivência digna com o semiárido, tendo como instrumento central a implementação de tecnologias socioambientais.

Os programas em questão estruturam o processo de participação social na implementação e gestão da política a partir de comissões municipais, buscando garantir instâncias legítimas de controle social. Um grande desafio para as organizações e movimento de mulheres no Pajeú foi garantir uma participação qualificada das mulheres nesses espaços municipais, extremamente importantes não apenas para a execução da política, mas para o fortalecimento do direito à água e da cidadania.

Em relação às formações promovidas na execução das políticas de convivência com o semiárido, no Pajeú houve gradualmente uma ampliação da participação das mulheres, mas ainda dentro dos limites impostos pelos papéis sociais e divisão sexual do trabalho. Nas formações sobre primeira água, água de beber e cozinhar, observou-se sua crescente participação e atrelamos isso a sua proximidade ao tema e pelas formações sobre água doméstica serem consideradas socialmente “coisa de mulher”. Já no âmbito das formações sobre água para a produção, como mostra a fala da agricultora entrevistada, observa-se o predomínio de homens:

É só de mulher? De jeito nenhum, muito homem, muito mais homem do que mulher. Era um encontro da ASA sobre cisterna calçadão, água, essas coisas. Tinha muita gente, para mostrar sobre animal, hortaliça, foi intercâmbio (agricultora Sítio São José dos Pilotos, Santa Cruz da Baixa Verde, 2015).

Apesar dos limites e desafios, existem avanços na inserção das mulheres nos processos de implementação das políticas de convivência com o semiárido:

Claro que não dá para dizer que não houve avanço, houve sim, no acesso das mulheres a esse processo, de envolver as mulheres nessa discussão, por exemplo nos cursos de GRH (gerenciamento da água) e de GAPA (gerenciamento de água para produção). A gente levou muito essa discussão da participação das mulheres, a gente dizia que tinha que priorizar as mulheres nesse processo, por entender que elas são as mais prejudicadas no processo de produção, elas não tem terra para produzir, não tem água pra produzir (coordenadora da Casa da Mulher do Nordeste no Pajeú, 2015).

Em nossa análise é inegável que importantes noções de cidadania e direitos são aprendidas por elas nesses processos, gerando aprendizados e auto-estima. Todavia, a crítica feminista aponta a fragilidade da abordagem de gênero nos processos e política públicas de convivência com o semiárido e a permanência da injusta divisão sexual do trabalho.

A jornada de trabalho doméstico continua afastando a maioria das mulheres dos espaços de participação comunitária, tais como grupos de mulheres, associações, comissões municipais, sindicatos entre outros. Mesmo com a redução do tempo e esforços dispendidos pelas mulheres a partir da facilitação do armazenamento e gestão da água através de tecnologias sociais nas unidades familiares, elas continuam realizando todos os trabalhos domésticos e reprodutivos, bem como ainda existem muitos percursos manuais no transporte da água dentro dos sistemas produtivos.

Reforçamos que esse menor gasto de tempo com as tarefas domésticas devido a maior facilidade com a água não significa, automaticamente, uma maior participação política, como algumas análises equivocadamente têm sugerido. Existem barreiras materiais e simbólicas mais profundas que precisam ser quebradas não apenas dentro das famílias, mas também no âmbito do sexismo fortemente presente nas organizações da agricultura familiar, movimentos sociais e instituições em geral.

Por fim, pontuamos que em uma lente mais ampla da discussão sobre a água no território do Pajeú, além dos espaços fortalecidos e originados pelas mobilizações dos programas da ASA, existem outros espaços estratégicos para a construção do direito à água e gestão participativa desse bem comum, como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e os Comitês de Bacias Hidrográficas (COBH) instituídos pela Política Nacional de Recursos Hídricos de 1997, que serão abordados em outros artigos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises da pesquisa percebemos que as mulheres camponesas foram modificando e aprimorando estratégias e práticas de gestão e uso da água, em termos do manejo ecológico e percepção do seu papel político, a partir: 1) da sua construção como sujeitos políticos em espaços e movimentos auto-organizados, tais como o MMTR, grupos, associações e redes de mulheres agricultoras; 2) da participação nos espaços políticos mistos, tais como associações, STRs, ASA, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS); 3) do seu envolvimento nas redes sociotécnicas feministas do campo da agroecologia; 4) do protagonismo e participação nos processos de mobilização social em torno da convivência com o semiárido e agroecologia.

A luta pela água permeia a aproximação e encontro das mulheres camponesas no território para a criação do MMTR-Sertão Central e de outras formas de auto-organização que foram nascendo. Assim, é uma de suas lutas centrais e tema importante das discussões nos espaços que constroem. Podemos dizer que como elemento da natureza próximo às mulheres e um direito a ser conquistado, a água é um ponto comum que as aproxima e contribui na construção da identidade coletiva para transformação de suas realidades.

Além disso, a partir dessa história e vivências, somadas com o fortalecimento da agroecologia no território para convivência com o semiárido, a luta pela água passa a ser uma bandeira do movimento e organizações de mulheres do Pajeú, que por sua vez trazem outros elementos, estratégias e práticas sobre a água. A água enquanto um bem comum, público e de gestão coletiva, ganha força com os conhecimentos e práticas das camponesas que possuem uma relação específica e profunda com esse elemento vital.

Considerando que não há questão ecológica que não seja uma questão humana, os movimentos sociais de mulheres camponesas, e em específico das mulheres que se organizam politicamente no Pajeú, constituem um campo político socioambientalista, feminista e popular. As mulheres organizadas têm protagonizado processos importantes de gestão da água no território, voltados para o fortalecimento da gestão social participativa e equitativa da água.

As tecnologias socioambientais e processos de mobilização social em torno da água, gerados pela implementação de políticas públicas como o P1MC e P1+2, como parte da construção do paradigma e projeto político de convivência com o semiárido, também têm

modificado significativamente o acesso e gestão desse bem comum pelas famílias camponesas do Pajeú.

As cisternas de placas, barragens subterrâneas, barraginhas identificadas pelas mulheres, entre outras tecnologias sociais, têm garantido um maior acesso à água de melhor qualidade ao facilitar a gestão da água de consumo doméstico e possibilitar a implementação ou aprimoramento de agroecossistemas, fundamentais para a segurança alimentar e nutricional. Tais aspectos geram impactos positivos, materiais e simbólicos na vida das famílias e de forma específica em cada um dos seus sujeitos.

Entretanto, esses processos realizados na perspectiva da agroecologia e convivência com o semiárido no Pajeú não levam necessariamente à desconstrução das relações opressoras de gênero, tais quais as expressas na divisão sexual do trabalho. Quando ocorreram algumas transformações nesse sentido, estiveram diretamente condicionadas à organização política das mulheres, bem como atreladas às disputas de poder realizadas por organizações e movimentos de mulheres que trabalham na perspectiva feminista.

É evidente que as mulheres camponesas, organizações e movimentos de mulheres puderam construir outros olhares e práticas sobre a água e sobre a luta por direitos socioambientais (tais como direito à água, a terra, à segurança alimentar e nutricional) por meio dos processos de construção da abordagem e articulação social pela agroecologia e convivência com o semiárido. Todavia, a valorização de seus conhecimentos e práticas, bem como a percepção da importância estrutural da desconstrução das desigualdades de gênero, ainda não estão internalizadas e incorporadas nem nas estruturas organizativas das lutas socioambientais, tais como a ASA, tampouco nas políticas públicas de convivência com o semiárido.

Os movimentos de mulheres e a perspectiva feminista se fazem cruciais para o avanço da luta socioambiental pela agroecologia e convivência com o semiárido no território. Valorizar e aprender com tais experiências é fundamental para a construção de uma convivência com o semiárido emancipatória para as mulheres e, portanto, transformadora da sociedade.

Por fim, o grande desafio dos povos do sertão frente à problemática da água é a reapropriação social da natureza que vem sendo degradada e negada como direito natural a partir do modelo de desenvolvimento hegemônico e suas estruturas sociopolíticas. A gestão da água precisa caminhar para o fortalecimento dos direitos

coletivos ou comunitários, necessários tanto para os processos ecológicos quanto para a democracia da água. Esta, para além das práticas superficiais deturpadas da falsa democracia que conhecemos, se estrutura na diversidade, protagonismo e emancipação social das mulheres e de todos os grupos, comunidades e povos hoje oprimidos e subjugados.

REFERÊNCIAS

- ASCELRAD, H. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2004.
- ALMEIDA, M. Feminismo e Agroecologia: princípios para uma prática de assessoria técnica e social emancipadora. In: Assessoria Técnica com mulheres: uma abordagem feminista e agroecológica. **Cadernos Feministas de Economia e Política**, n.4. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, 2008.
- ALMEIDA, V. Rede Mobilizadores. Entrevistas: participação, direitos e cidadania. **Caravana em Defesa da Bacia do rio Pajeú mobiliza Sertão Pernambucano**. Maio, 2011. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/caravana-em-defesa-da-bacia-do-rio-pajeumobiliza-sertao-pernambucano/>>. Acesso em 10/05/2016
- ALMEIDA, V. **Ser mulher num mundo de homens**: Vanete Almeida entrevistada por Cornélia Parisius. Serra Talhada: SACTES/DED - MMTR/NE, 1995
- ANA- ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Carta Política do III Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro: 2014.
- AARJ- ARTICULAÇÃO DE AGROECOLOGIA DO RIO DE JANEIRO. Caravana Agroecológica e Cultural do Rio de Janeiro. **Caderno Complementar: Conflitos e Resistências**. Rio de Janeiro, 2013.
- BAPTISTA, N. de Q.; CAMPOS, C. H. Formação, Organização e Mobilização social no Semiárido Brasileiro. In: CONTI, I. L. e SCHROEDER, E. O. (Orgs.). **Convivência com o Semiárido Brasileiro: Autonomia e Protagonismo Social**. Brasília: IABS, 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão do Pajeú**. Brasília, 2011.
- CARVALHO, H. M. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

DIEGUES, A. C. SANTANA. **O Mito Moderno Da Natureza Intocada**. Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 3. ed., v. 53. São Paulo, 2001.

DUQUE, J. G. **Solo e Água no Polígono das Secas**. Fortaleza, 2004.

ESMERALDO, G. O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de (Orgs.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.

FERRAZ, S.; BARBOSA, B.F. **Sertão: Fronteira do Medo**. Recife: Editora UFPE, 2015.

FERREIRA, A. P. L. **Acercamiento entre las perspectivas feminista y agroecológica: potencializando procesos de empoderamiento de las mujeres rurales brasileñas, desde el territorio del Pajeú, Sertão del Pernambuco**. 2105. 219 f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais e Sustentabilidade). Programa de Doutorado em Recursos Naturais e Sustentabilidade, Universidade de Córdoba. Brasil, 2015

FILHO MEDEIROS, J.; SOUZA, I. **A seca do Nordeste: um falso problema**. Petrópolis: Vozes, 1988.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação**. São Paulo: Paz Terra, 1988.

FUNARI, J. N. **Um Sertão de Águas: Mulheres Camponesas e a Reapropriação Social da Natureza no Pajeú**. 2016. 203 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

GÓMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. Domesticando o Mito da Natureza Selvagem. In: DIEGUES, A. C. S. (org). **Etnoconservação**. São Paulo: Hucitec, 2000.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina - Universidade de São Paulo**, p. 6774–6792, 2005.

JALIL, L. M. **As Flores e os Frutos da Luta o Significado da Organização e da Participação Política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais**. 2013. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2013.

LEAL, V. **Coronelismo, Enxada e Voto**. 3ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

- LEFF, E. Pensar a complexidade Ambiental. In: Leff, E. (org.). **A Complexidade Ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2003
- _____. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MALVEZZI, R. A questão da água na América Latina. In: **Proposta: Revista trimestral de debate da Fase: Água, Territórios e Conflitos**. Rio de Janeiro, 2005.
- MORIN, E.A **Religação dos Saberes: O desafio do século XXI**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **O latifúndio genético e a r-existência indígenocampesina**. Geographia, ano IV, n.8, p.39-60. Rio de Janeiro, 2002.
- PULEO, A. H. **Ecofeminismo para outro mundo possible**. Feminismos. 1. ed. Madrid, 2011.
- SHIVA, V. El saber próprio de las mujeres y la conservación de la biodiversidade. In: **La praxis del ecofeminismo**. Org: Mies, Maria. Shiva, Vandana. Ed. Icaria. Barcelona, 1998.
- _____. **Guerras por água: privatização, poluição e lucro**. São Paulo: Radical Livros, 2006.
- SILIPRANDI, E. C. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)-Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- SILVA, R. M. A. da. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. **Sociedade e Estado**, v. 18, n.1/2, p. 361–385. Brasília, 2003.
- SOUSA SANTOS, B. Capítulo I. La Sociología de las Ausencias y la Sociología de las Emergencias: para una ecología de saberes. In: **Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social** (encuentros en Buenos Aires). Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**. v.29. n. 4. Germany: Springer Verlag, 2009.
- WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: EdUnB, 1997.

Submetido em: 10 de outubro de 2017

Aceito em: 10 de janeiro de 2018